

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 117.300 - GO (2019/0256740-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ISAAC ROCHA DE OLIVEIRA SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ISAAC ROCHA DE OLIVEIRA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de Goiás (HC n. 5009372.95.2019.8.09.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática dos crimes de receptação e adulteração de sinal identificador de veículo automotor. Inconformada com o decreto constritivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, foi denegada, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 442)

HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. IMPUTAÇÃO DE RECEPÇÃO SIMPLES DOLOSA E DE ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR VEICULAR. PRISÃO CAUTELAR. TESES DE FALTA DE HOMOGENEIDADE/PROPORCIONALIDADE E DE DURAÇÃO EXCESSIVA DA MEDIDA EXTREMA. NÃO CONHECIMENTO E IMPROCEDÊNCIA. 1) Não se conhece do habeas corpus quanto à sustentada falta de homogeneidade/proporcionalidade da prisão cautelar, diante da possibilidade de fixação de regime carcerário diverso do fechado, caso o paciente venha a ser condenado, sob pena de exercício de adivinhação e futurologia, sem qualquer previsão legal. 2) Se a demora para início da colheita das provas decorre das vicissitudes do próprio caso concreto, não configurando ilegalidade, por aplicação do princípio da razoabilidade, a denegação do habeas corpus é solução que se impõe. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA.

A defesa alega, em síntese, excesso de prazo para a formação da culpa do recorrente na medida em que o recorrente se encontra preso há mais de 200 dias sem que a instrução tenha encerrado.

Superior Tribunal de Justiça

Aponta, também, ofensa ao princípio da homogeneidade, isso porque, se o paciente vier a ser condenado pelo crime que lhe é imputado, a medida restritiva de liberdade eventualmente imposta não será tão gravosa quanto a prisão preventiva decretada, dada a pena abstratamente prevista para os delitos de receptação e adulteração de sinais identificadores (e-STJ fl. 455).

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva com a expedição do respectivo alvará de soltura.

O pleito liminar foi indeferido (e-STJ fls. 472/475).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 478/483), e o Ministério Público Federal, previamente ouvido, manifestou-se pela prejudicialidade da ordem (e-STJ fl. 488).

É o relatório. **Decido.**

Segundo informações prestadas pelo Juízo de primeiro grau, na data de 29/7/2019, foi prolatada sentença condenando o paciente à pena de 04 (quatro) anos de reclusão, no regime aberto, sendo a privativa de liberdade substituída por duas restritivas de direitos, quais sejam, prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, no valor de 20 (dois) salários-mínimos. Ainda, foi concedido ao paciente o direito de recorrer em liberdade, revogando-se sua prisão preventiva.(e-STJ fl. 481).

Assim, fica sem objeto o pedido contido no presente *habeas corpus*.

Ante o exposto, com base no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **julgo prejudicado** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator